



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**03/12/2013**

# INDICE

---

1. JORNAL A TARDE	
1.1. COMARCAS.....	1
1.2. DECISÕES.....	2
1.3. SEMANA DA CONCILIAÇÃO.....	3
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. PUBLICIDADE LEGAL.....	4
2.2. SEMANA DA CONCILIAÇÃO.....	5 - 6
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. JUÍZES.....	7
3.2. PUBLICIDADE LEGAL.....	8
3.3. SEGURANÇA.....	9 - 11
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. PUBLICIDADE LEGAL.....	12 - 13
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. AÇÕES TJMA.....	14 - 15
5.2. DECISÕES.....	16
5.3. SEMANA DA CONCILIAÇÃO.....	17

## JUÍZA LEWMAN SILVA ENTRA EM EXERCÍCIO COMO AUXILIAR DA COMARCA DA ILHA



Na última sexta-feira (29), a juíza Lewman de Moura Silva assinou o Termo de Exercício como juíza auxiliar de entrância final, após ser promovida para o cargo por antiguidade na sessão plenária de quarta-feira (27). O documento foi assinado pelo corregedor-geral da Justiça, Des. Cleones Cunha, e pela secretária-geral da CGJ-MA, Socorro Sousa. Para a juíza, que era titular da 3ª Vara Criminal de Timon, o momento é de emoção. "Fico muito feliz e emocionada de chegar à capital, depois de trilhar 19 anos no interior", comentou ela, que além dos 15 anos de magistratura no interior do Maranhão, foi delegada de polícia por um ano em Alcântara e promotora de Justiça no Piauí por três anos.

# Reunião da CDH discute conflitos de terra e quer que a PM evite ações truculentas

A Comissão de Direitos Humanos e das Minorias da Assembleia Legislativa se reuniu na manhã desta segunda-feira, dia 02 de dezembro para discutir a situação conflito de terra de três comunidades da Região Metropolitana de São Luís.

A presidente da Comissão, deputada Eliziane Gama (PPS) e o deputado Bira do Pindaré (PT) receberam comitiva formada por moradores de três localidades: Comunidade de Engenho (São José de Ribamar); Comunidade Mercês (Paço do Lumiar) e Residencial Teté (São José de Ribamar).

Os parlamentares também receberam o Comandante do 13º Batalhão da PM, Major Araújo, que é responsável pelas áreas de litígio. Os deputados pediram explicações sobre a postura policial, já que os moradores denunciam truculência nas ações policiais, principalmente na Comunidade de Engenho em São José de Ribamar em que foi realizada ação de despejo com o apoio da Polícia Militar mesmo sem a Justiça ter dado decisão favorável ao ex-deputado que

se diz proprietário das terras.

Durante a reunião a moradora Maria Vignólia denunciou que um policial após passar por cima dos canteiros de plantas a agrediu verbalmente. "Foram palavras tão agressivas e fortes que não quero nem pronunciar aqui", lamentou. Outro morador presente na reunião destacou: "Trabalhamos e moramos no local há mais de 30 anos, só estamos buscando nosso direito, com as nossas coisas sendo destruídas estamos vivendo a base de doações", completou.

O Sr. Domingos, uma das lideranças da localidade, esclareceu que está havendo uma confusão entre a área pertencente à comunidade e outra chamada Jeniparana. "É triste essa situação, pois já é a oitava vez que a área é invadida e a ordem da Justiça é com respeito a outra área chamada Jeniparana. E Engenho não é Jeniparana! O ex-deputado já mandou até jagunços para o local. Queremos que a polícia esteja do nosso lado!", enfatizou.

Segundo o Major Araújo, os policiais apenas cumpriram ordens da Justiça. Ele se

comprometeu a notificar a Comissão de Direitos Humanos com antecedência quando for expedida decisão judicial.

"Para nós é importante seguir a legalidade, pois estamos apenas seguindo as determinações da Justiça. Vamos aguardar o posicionamento da Justiça e acredito que estas distorções de informações sobre Engenho e Jeniparana precisam ser corrigidas", afirmou.

O deputado Bira do Pindaré disse que já conversou com o novo Comandante Geral da PM, Coronel Zanoni Porto sobre a situação da Comunidade de Engenho. "Informei ao comandante que a PM está sendo utilizada neste processo, pois não há pedido de reintegração para a Comunidade de Engenho, pois estas pessoas moram e trabalham no local há décadas. A principal fundação daquelas terras sempre foi o cultivo de hortaliças. Não estamos protegendo atos ilícitos, o que queremos é que o interesse do povo prevaleça, pois a lei é para todos", assegurou Bira do Pindaré.

#### Encaminhamentos

Eliziane Gama informou

que encaminhará as denúncias dos moradores para a Corregedoria da Polícia Militar para que sejam apuradas. Ela informou que a comissão também convidará o ex-deputado para participar da reunião da comissão na próxima quarta-feira (11) para prestar esclarecimentos.

"Já conversamos com o Ministério Público, encaminhamos para a polícia militar a situação, já que estes moradores estão vivendo situação de instabilidade. A Comissão de Direitos Humanos não incentiva atos ilícitos, mas somos a favor da lei. Faremos de tudo para os princípios dos direitos humanos sejam respeitados", enfatizou deputada Eliziane Gama.

A parlamentar lembrou que no mês de denunciou a derrubada de casas no Povoador sem ordem judicial para a reintegração de posse e que em maio a CDH fez uma visita in loco a área e verificou documentos apresentados pela comunidade, entre eles, o registro de nascimento de pessoas que nasceram na própria localidade.

## JUDICIÁRIO MARANHENSE ABRE SEMANA DA CONCILIAÇÃO



Começaram ontem as audiências da Semana Nacional da Conciliação. No Maranhão, estão agendadas 15.315, e a abertura ocorreu no 4º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, que fica no bairro da Cohab. A juíza Maria Izabel Padilha, titular da unidade, começou as atividades às 8h, realizando uma audiência a cada 15 minutos.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, a coordenadora do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, juíza Márcia Chaves, e o coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, juiz Alexandre Lopes de Abreu, estiveram na unidade judicial para acompanhar o início dos trabalhos, que seguem até a próxima sexta-feira (06).



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DO MARANHÃO  
TERMO JUDICIÁRIO DA COMARCA DA ILHA DE DE SÃO LUÍS  
JUÍZO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

## EDITAL DE DESAPROPRIAÇÃO

A JUÍZA CLEONICE CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO TITULAR DA 8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL DA COMARCA DE SÃO LUÍS, RESPONDENDO PELA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA, NA FORMA DA LEI.

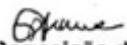
AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO – PROC. N.º 40878/2013  
EXPROPRIANTE: ESTADO DO MARANHÃO  
EXPROPRIADO: CONSTRUTORA ALCANTARA LTDA

**FINALIDADE:** Tornar pública a desapropriação do imóvel localizado à Rua Projetada, s/n, Vila Colibri, Recanto dos Vinhais, nesta cidade, por ser declarado de utilidade pública, por meio do Decreto nº 27.416/2011, devidamente publicado em 25 de maio de 2011, para fins de expansão da malha viária estadual, acrescida pela rodovia MA.207 EMA 0010(via Expressa).

**ADVERTÊNCIA:** O presente edital será publicado no Diário Oficial da Justiça e fixado na sede deste Juízo e publicado em jornal de grande circulação por 10(dez) dias.

**SEDE DO JUÍZO:** Fórum Des. Sarney Costa, situado na Avenida Professor Carlos Cunha, s/n.º - Calhau, fone: 3194-5423

Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos **19 (dezenove)** dias do mês de **novembro** do ano dois mil e treze (2013). Eu,  (Belª Isabel Cristina Ribeiro de Oliveira Fialho), Secretária Judicial, o digitei e subscrevi.

  
**Cleonice Conceição do Nascimento**  
Juíza Titular da 8ª Vara da Fazenda Pública, respondendo pela 2ª Vara da Fazenda Pública

# Judiciário maranhense abre Semana da Conciliação

PÁGINA 3

# Judiciário maranhense abre SEMANA DA CONCILIAÇÃO

Começaram, na manhã de ontem (2), as audiências da Semana Nacional da Conciliação. No Maranhão, estão agendadas 15.315, e a abertura ocorreu no 4º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, que fica no bairro da Cohab. A juíza Maria Izabel Padilha, titular da unidade, começou as atividades às 8h, realizando uma audiência a

cada 15 minutos.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, a coordenadora do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, juíza Márcia Chaves, e o coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, juiz Alexandre Lopes de Abreu, estiveram na unidade judicial para acom-

panhar o início dos trabalhos, que seguem até a próxima sexta-feira (6).

"Serão mais de 15 mil audiências espalhadas em varas e juizados de todo o Estado. É um número expressivo, sem dúvidas. A corregedoria acredita em uma semana da conciliação tranquila. Estamos aqui para dar o apoio necessário", destacou Cleones Cu-

nha. A juíza Márcia Chaves afirma que "na conciliação, não se resolve só o processo, mas principalmente o problema. O acordo é sempre benéfico para as partes. Ganhamos todos nós. Conciliar é sempre a nossa meta. Quando acontece um acordo, encerrando o processo judicial, ganham as partes, a sociedade e o próprio judiciário".

## Senado

**Nesta terça-feira (3)**, o juiz titular da 2ª Vara da Comarca de João Lisboa (MA), Márlon Reis, será agraciado com a Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara, do Senado Federal. A honraria é concedida anualmente a cinco pessoas que tenham contribuído para a defesa dos direitos humanos no Brasil. Márlon Reis é integrante do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE). Ele foi um dos idealizadores e redatores da Lei Complementar 135, iniciativa popular conhecida como Lei da Ficha Limpa, entre outras ações. Atualmente, o juiz trabalha junto ao MCCE, OAB e CNBB, em prol de eleições mais justas e democráticas, propondo uma reforma política e popular. Vale dizer, que a honraria leva o nome do ex-arcebispo de Olinda e Recife, dom Hélder Câmara, religioso lembrado pela atuação em defesa dos mais pobres e dos perseguidos políticos durante a ditadura.



**ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
3a VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
Ed. Fórum.Des. Sarney Costa, Av. Prof. Carlos Cunha, s/nº, Calhau**

**JUÍZO DE DIREITO TITULAR DA TERCEIRA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA  
COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO.**

**EDITAL DE CITAÇÃO  
PRAZO: 30 (trinta) DIAS**

**FAZ SABER** a todos quantos virem o presente edital, com prazo de 30 dias ou dele tiverem conhecimento, especialmente a **Sr.a VALDINAR PORTELA COSTA**, que por este Juízo e Secretaria da 3a Vara da Fazenda Pública, tramitam os autos da **Ação Previdenciária com Pedido de Pensão pór Morte e Tutela Antecipada nº 31079-92.2010.8.10.0001**, em que é autora: **MARIA ELZIDA SANTOS SOUSA** e réu: **Estado do Maranhão e Valdinar Portela Costa**.

**FINALIDADE: CITAÇÃO** da **Sr.a VALDINAR PORTELA COSTA**, para no prazo de 30 (trinta) dias, integrara lide na condição de litisconsorte necessária, ex vi do artigo 191 do Código de Processo Civil.

**SEDE DO JUÍZO:** Fórum "Des.. Sarnéy Costa", Av. Professor Carlos Cunha, s/n, Calhau, São Luís MA., fone: 2106-9666.

Dado e passado o presente edital nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de março do ano dois mil e doze (2012). Eu \_\_\_\_\_, (Débora. Souza Chaves), Secretária Judicial, o digitei e assino.

**Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS  
Titular da 3º da Fazenda Pública**

# PM prende 23 em operação contra o crime em São Luís

Operação Restauração da Ordem, realizada até ontem, se concentrou na área Itaqui-Bacanga, onde traficantes obrigavam moradores a esconder armas em suas casas. Um vasto arsenal foi apreendido. **Polícia 6**

**80**

Foi o número de policiais militares envolvidos na Operação Restauração da Ordem

**8**

Foi o número de armas de fogo apreendidas na ação, entre escopetas, espingardas e revólveres.

## PM prende 23 suspeitos durante operação realizada em São Luís

Oitenta policiais do CPE realizaram no fim de semana uma operação para restaurar a ordem na Ilha, com atenção especial à área Itaqui-Bacanga, onde os traficantes da região obrigam os moradores a guardar armas e entorpecentes em suas casas

**Saulo Maclean**  
Da editoria de Polícia

**A** Polícia Militar voltou a atuar com rigor contra a criminalidade durante o fim de semana, na Região Metropolitana de São Luís. Da noite de sexta-feira (29) à madrugada de ontem, foi realizada a chamada Operação Restauração da Ordem, por meio do Comando de Policiamento Especializado (CPE), que resultou na prisão de 23 pessoas e apreensão de oito armas de fogo de vários calibres, entre escopetas, espingardas e revólveres.

“O trabalho da PM foi intensificado na área Itaqui-Bacanga. Foram colocados nas ruas mais de 80 militares em 18 veículos, que percorreram vários pontos da cidade. O ponto alto da operação foi a invasão ao Morro do Resende, localizado na Vila Embratel”, explicou o coronel Zanoni Porto, comandante-geral da Polícia Militar do Maranhão.

Ainda de acordo com o militar, as armas estavam com moradores que denunciaram os traficantes da área, que os obrigam a guardar o arsenal em suas casas, como forma de evitar que sejam flagrados com elas nas bocas de fumo. “Os criminosos estavam pressionando as pessoas a esconder as armas”, acrescentou Zanoni Porto.

Na lista de armas apreendidas, a PM recolheu dois revólveres calibre 38, duas pistolas, uma ponto 40 e outra 7,65 mm, duas escopetas calibre 12 e uma espingarda de caça. O arsenal foi encontrado em uma casa, localizada no Residencial Resende. “O local é bastante escuro e cercado por uma mata fechada, o que facilitou a fuga de quem estava na casa. Nosso Serviço de

Inteligência, porém, já identificou os suspeitos”, ressaltou o tenente-coronel Raimundo Sá, comandante do Batalhão de Choque, que integra o CPE.

Ainda na Vila Embratel, os militares prenderam três adultos e apreenderam um adolescente de 17 anos que estavam em um táxi, suspeitos de planejarem assaltos, na localidade. Adriano de Paula Pachêco Santos, Thalys Bruno Araújo Dutra, ambos de 18 anos, Janecleia Santos Braga, de 27 anos, e o adolescente, que, de acordo com a PM, foram surpreendidos quando faziam refém o taxista José Dias Lima Filho, de 39 anos. Com os suspeitos conduzidos à delegacia, foram apreendidas três facas.

Já no início da madrugada de sábado (30), os policiais do BPChoque prenderam em flagrante Jean Alex Cardoso Silva, de 18 anos. O jovem, segundo a PM, portava um revólver calibre 38 municiado, nas proximidades do Plantão Central da Vila Embratel. O suspeito, conforme relatório policial, tentou fugir ao avistar a viatura do grupo de elite especializado, mas foi alcançado logo em seguida. Todos os suspeitos, inclusive o arsenal apreendido, foram apresentados na delegacia plantonista.

Também foram apreendidas durante a ação ostensiva da polícia várias armas brancas (facas, facões, chuços, entre outras). As prisões e apreensões também foram facilitadas depois que a PM montou barreiras nas principais vias, principalmente na Avenida dos Portugueses. Todo material recolhido e as pessoas detidas foram levadas para os plantões centrais de Polícia Civil.

Entre as prisões, o Batalhão de Choque divulgou as conside-

radas mais importantes. O trabalho do grupo de elite da PM também foi resultado da intensificação da Operação Tornado, realizada em vários bairros, no combate ao tráfico de entorpecentes e na prevenção de crimes de assalto à mão armada e contra a vida.

**Nestor** - A primeira prisão aconteceu no fim da tarde de sábado (30), no Residencial Nestor (área da Cidade Olímpica), município de São José de Ribamar. Eldon José Pereira da Silva, de 26 anos, foi abordado quando estava em uma moto Honda preta (NHI-2099). Ele tinha sido denunciado por moradores da área de estar traficando drogas.

Eldon José da Silva foi preso, por volta das 17h50, nas proximidades da subestação da Companhia Energética do Maranhão (Cemar), com 22 cabeças de crack, a quantia de R\$ 122,00, um relógio de pulso, um cordão com pingente prateado e um aparelho celular sem procedência legal comprovada. O suspeito foi conduzido ao Plantão Central da Polícia Civil na Cidade Operária.

Já por volta de 1h40 de domingo (1º), militares do Batalhão de Choque prenderam José de Ribamar Pinheiro Cunha, de 28 anos, e José Ronivon Vieira Amorim, de 29 anos, ex-detento. Moradores dos bairros Anjo da Guarda e Vila Embratel, respectivamente, os dois foram flagrados com duas facas e foram apresentados na delegacia plantonista.

Minutos depois, policiais da mesma guarnição prenderam na Avenida João Alberto, na Santa Efigênia, Alexandre Ferreira Aguiar, conhecido como *Carioca*, de 26 anos, morador na Rua da União, na Vila Zenir, naquela

localidade. Ele foi abordado quando jogava pedras nos pára-brisas dos veículos que passavam pela referida via pública.

Um dos alvos do vândalo, segundo a PM, foi um automóvel Volkswagen Gol, de placas NMT-1109, de propriedade do Tribunal de Justiça do Maranhão. O veículo era conduzido por um funcionário do TJ-MA e foi atingido pelo criminoso no para-brisa traseiro e no porta-malas. *Carioca* foi conduzido e autuado em flagrante no Plantão Central da Beira-Mar.

**Prisão** - Batalhão de Choque prendeu ontem um homem identificado como Cleiton Damerson Júnior, cuja idade e endereço não foram informados pelos militares. O suspeito foi detido na Rua Professor Sá Vale, bairro Vila Kiola II, armado de faca, minutos após ter roubado R\$ 100,00 de Raimundo Marinaldo Pinheiro dos Santos, de 39 anos, morador da Rua Irmã Dulce.

Além da arma do crime, foi apreendida com o suspeito a quantia de R\$ 40,00, uma caixa de som portátil, um carregador de aparelho celular e um cordão prateado. Cleiton Damerson Júnior foi apresentado pelos militares no Plantão Central da Cidade Operária (PCCO), onde foi autuado em flagrante. A Polícia Civil agora investiga a veracidade da identidade do conduzido.



José Ribamar Pinheiro Cunha



Eldon José Pereira da Silva



Alexandre Ferreira: vandalismo



José Ronivon Viegua Amorim



Cleiton Damerson: assaltante

FOTOS/IMPREGNAÇÃO



Armas apreendidas durante operação realizada no fim de semana

### Mais

**Esta foi** a segunda grande operação realizada pelo Comando do Policiamento Metropolitano (CPM) de São Luís, contra a ação das facções criminosas intituladas Bonde dos 40 e Primeiro Comando do Maranhão (PCM), na capital. No dia 21 de novembro, a PM ocupou a Ilhinha (área do bairro São Francisco) e a Vila Conceição (área do bairro Calhau), durante a Operação Impacto, e também prendeu várias pessoas e apreendeu material ilícito. Nesta ação policial, os militares chegaram a apreender um fuzil 762 (Mosquefal), próximo à Avenida dos Holandeses.



**ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA**

**Ed. Fórum.Des. Sarney Costa, Av. Prof. Carlos Cunha, s/nº, Calhau**

**JUIZO DE DIREITO TITULAR DA TERCEIRA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA  
COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO.**

**EDITAL DE CITAÇÃO  
PRAZO: 30 (trinta) DIAS**

**FAZ SABER** a todos quantos virem o presente edital, com prazo de 30 dias ou dele tiverem conhecimento, especialmente a **Sr.a VALDINAR PORTELA COSTA**, que por este Juízo e Secretaria da 3ª Vara da Fazenda Pública, tramitam os autos da **Ação Previdenciária com Pedido de Pensão pór Morte e Tutela Antecipada nº 31079-92.2010.8.10.0001**, em que é autora: **MARIA ELZIDA SANTOS SOUSA** e réu: **Estado do Maranhão e Valdinar Portela Costa**.

**FINALIDADE: CITAÇÃO** da Sr.a **VALDINAR PORTELA COSTA**, para no prazo de 30 (trinta) dias, integrara lide na condição de litisconsorte necessária, ex vi do artigo 191 do Código de Processo Civil.

**SEDE DO JUÍZO:** Fórum "Des. Sarney Costa", Av. Professor Carlos Cunha, s/n, Calhau, São Luís MA., fone: 2106-9666.

Dado e passado o presente edital nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de março do ano dois mil e doze (2012). Eu \_\_\_\_\_, (Débora. Souza Chaves), Secretária Judicial, o digitei e assino.

**Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS  
Titular da 3ª da Fazenda Pública**

  
ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA CAPITAL  
Avenida Prof. Carlos Cunha, s/n - Calhau - São Luís-Maranhão

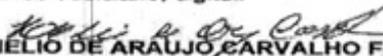
Processo n.º 9497-65.2012.8.10.0001  
Ação de EXECUÇÃO SENTENÇA ARBITRAL  
Autor: SÓ FILTROS LTDA  
Advogado: WAGNER TOBIAS LIMA FILHO (OABMA 6495)  
Réu: BEZERRA E MEDEIROS LTDA

**EDITAL DE CITAÇÃO**  
(Prazo de 30 dias)

O Excelentíssimo Senhor Doutor HELIO DE ARAUJO CARVALHO FILHO, Juiz de Direito, Auxiliar de Entrância Final, respondendo pela 3ª Vara Cível da Comarca de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, na forma da Lei, etc...

**FINALIDADE**

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que fica **CITADA** a parte **requerida BEZERRA E MEDEIROS LTDA**, na pessoa de seu representante legal, com endereço na Avenida São Luís Rei de França, Rua D, Quadra G, Lote 1267, nº 06 - Turu, nesta Capital, **atualmente em lugar incerto e não sabido**, para que, caso queira, apresente Contestação no prazo de Lei, ficando advertido que, em não apresentando defesa, reputar-se-ão verdadeiros os fatos articulados pelo autor, nos termos dos artigos 285 e 319 do Código de Processo Civil. E para que não possam alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente **EDITAL**, que será fixado no lugar de costume, em cumprimento ao despacho prolatado nos autos da Ação em epígrafe, a seguir transcrito: **DESPACHO: "Cite-se a parte requerida BEZERRA E MEDEIROS LTDA, por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, para no prazo de 15 (quinze) dias contestar o feito, com as advertências legais. São Luís (MA), 25 de outubro de 2013, Juíza ANA MARIA ALMEIDA VIEIRA, Auxiliar de Entrância Final respondendo pela 3ª Vara Cível"**, nos termos e na forma da Lei. Dado e passado o presente Edital na Secretaria Judicial da 3ª Vara Cível de São Luís, Estado do Maranhão, aos 12 de novembro de 2013. Eu, Antonio José Aragão Soares, Técnico Judiciário, digitei.

  
Juiz HELIO DE ARAUJO CARVALHO FILHO  
Auxiliar de Entrância Final, respondendo

# *TJ-MA convoca credores para pagamento de precatórios pendentes*

PÁGINA 9 [C1]

# TJ do Maranhão convoca credores para pagamento de precatórios pendentes

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) está convocando credores de dívidas judiciais da fazenda pública estadual (precatórios) pendentes de 2011. O dinheiro está disponível e os beneficiários podem se dirigir à Coordenadoria de Precatórios, no horário das 8h às 18h, para receber o alvará que dá o direito ao levantamento do dinheiro junto ao banco autorizado.

Desde março, quando a Coordenadoria de Precatórios foi implantada pelo presidente do TJ-MA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, a Corte recebeu 4.306 processos de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor. Um total de 905 alvarás para levantamento do pagamento já foi emitido em favor dos credores, movimentando cerca de R\$ 16 milhões, mas muitos ainda não compareceram ao Tribunal para retirar o alvará de liberação do dinheiro.

Este ano, o TJ-MA efetuou o pagamento de R\$ 16.281.879,83 relativos a precatórios da lista geral do exercício de 2011. Também estão sendo pagos R\$ 13.798.838,60 em dívidas judiciais de natureza alimentar do exercício de 2012, conforme os recursos disponibilizados até agora pelo Poder Executivo estadual.

Resta ainda um montante a pagar, pelo Estado, de R\$ 47.381.928,43 referente às dívidas com processos alimentares e mais R\$ 91.921.085,47 da lista geral do

exercício de 2012, com pedido registrado no protocolo do Tribunal até 1º de julho de 2011. Os débitos de natureza alimentícia são decorrentes de salários, vencimentos, pensões, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez e são pagos preferencialmente.

O Município de São Luís pagou R\$ 13.851,50 em 2004 e R\$ 62.467,65 em 2008. Resta ainda um saldo devedor de R\$ 32.604.242,76. O Executivo Municipal fechou acordo com o TJ-MA para quitação das dívidas vencidas, com a liberação do valor de R\$ 800 mil. A partir de 2014, o pagamento dos precatórios pelo Município seguirá o regime especial instituído pela Emenda Constitucional nº 62/2009, com o depósito de 1% da Receita Corrente Líquida da Prefeitura.

Conforme determina a legislação vigente, os precatórios judiciais cujo requerimento ingressaram até o dia 1º de julho de 2012, devem ser pagos pelas fazendas públicas até 31 de dezembro deste ano. Precatórios e RPs vencidos podem ser cobrados pela parte mediante pedido de sequestro junto ao protocolo judicial do TJ-MA. Estados e Municípios inadimplentes poderão ter o Fundo de Participação bloqueado.

"Temos diversos pedidos de sequestro relativos ao ano de 2012, mas estamos tentando solucionar os pagamentos adminis-



DIVULGAÇÃO

A COORDENADORIA foi criada pelo desembargador Guerreiro Júnior

tratativamente. A inércia do Poder Executivo em não repassar os recursos pode levar ao sequestro dos valores, para o pagamento da dívida", explica o juiz auxiliar da Presidência e coordenador do Setor de Precatórios do TJ-MA, José Nilo Ribeiro Filho, acrescentando que a criação de uma estrutura específica no Tribunal para o encaminhamento dos precatórios racionalizou o serviço e agilizou o andamento dos processos.

O atendimento ao público funciona no segundo pavimento do Palácio da Justiça, na Praça D. Pedro II, s/nº, Centro. Dez servidores trabalham no atendimen-

to, preparo das decisões e atos necessários ao encaminhamento dos precatórios e RPs. Mais três auxiliares cadastram os processos. "A distribuição dos processos é feita diariamente, considerando as providências urgentes e as diárias", informou a servidora Heloíza Gonçalves.

Os credores podem consultar a lista de precatórios no endereço eletrônico do TJ-MA na internet (<http://www.tjma.jus.br/tj/publicacoes/sessao/608>), onde são publicados editais de convocação dos credores, listas de precatórios e modelo da requisição de pagamento.

## IMPERATRIZ

### ***BB terá de indenizar cliente por demora no atendimento***

O Banco do Brasil terá de indenizar em R\$ 2 mil um cliente que passou mais de quatro horas na fila, aguardando sua vez para efetuar o pagamento de um boleto bancário. A decisão, tomada na 2ª Câmara Cível do TJ-MA, determina ainda a correção monetária do valor, juros e o pagamento dos honorários do advogado do cliente.

O cliente ajuizou a ação relatando que compareceu a uma agência localizada em Imperatriz, no dia 26 de abril de 2010, para efetivar um pagamento, chegando por volta das 14h e saindo apenas às 18h42. Ele assegurou que a população de Imperatriz tem um atendimento bancário deficitário, especialmente nos bancos públicos, pela falta de funcionários.

A juíza da 1ª Vara Cível da comarca de Imperatriz, Ana Lucré-

cia Reis, não acolheu a pretensão do cliente, entendendo que a situação, apesar de desagradável, não causou efetiva lesão à honra ou à personalidade da parte.

“Ele não foi vítima de dano moral por parte do banco; a existência de um dano é fundamental para que se possa condenar alguém a indenizar ou reparar alguma coisa; e por dano moral não se entende, absolutamente, qualquer desgosto ou contratempo”, frisou a magistrada.

Ao analisar o recurso do cliente, os desembargadores da 2ª Câmara Cível reformaram a sentença e decidiram fixar a indenização, considerando a falha na prestação do serviço e o limite de 30 minutos de espera previsto na Lei Municipal 1.159/2006.

A relatora, desembargadora Nelma Sarney, recusou os argumentos do banco de que facilita a rapidez no atendimento por meio dos caixas eletrônicos, internet e correspondentes bancários. Segunda a desembargadora, parte da população não sabe utilizar os terminais e as filas continuam quilométricas nas agências.

*(Ascom do TJ-MA)*

# Judiciário maranhense inicia audiências da Semana Nacional da Conciliação



A CADA 15 MINUTOS uma audiência foi realizada nesta segunda-feira

Começaram, na manhã de ontem (2), as audiências da Semana Nacional da Conciliação. No Maranhão, estão agendadas 15.315, e a abertura ocorreu no 4º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, que fica no Bairro da Cohab. A juíza Maria Izabel Padilha, titular da unidade, começou as atividades às 8h, realizando uma audiência a cada 15 minutos.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, a coordenadora do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, juíza Márcia Chaves, e o coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, juiz Alexandre Lopes de Abreu, estiveram na unidade judicial para acompanhar o início dos trabalhos, que seguem até a próxima sexta-feira (6).

“Serão mais de 15 mil audiências espalhadas em varas e juizados de todo o Estado. É um número expressivo, sem dúvidas. A corregedoria acredita em

uma semana da conciliação tranquila. Estamos aqui para dar o apoio necessário”, destacou Cleones Cunha. A juíza Márcia Chaves afirma que “na conciliação, não se resolve só o processo, mas principalmente o problema. O acordo é sempre benéfico para as partes. Ganhamos todos nós. Conciliar é sempre a nossa meta. Quando acontece um acordo, encerrando o processo judicial, ganham as partes, a sociedade e o próprio judiciário”.

Sobre o trabalho que a Justiça tem desenvolvido no sentido de estimular cada vez mais a conciliação, o juiz Alexandre Abreu destacou que “o Núcleo de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça tem investido em pautas específicas de conciliação”. A juíza Maria Izabel Padilha, titular do 4º Juizado, observou que a unidade programou 607 audiências para o período.

Maria José Marques de Lima, que movia uma ação contra a operadora de telefonia Claro, saiu sa-

tisfeita da audiência, que terminou em acordo. “Estava com o meu nome no Serasa desde 2011, graças a um plano que eles nos ofereceram, mas o plano nunca existiu. Com a audiência de hoje, eu vou ser ressarcida dos prejuízos e estarei com meu nome limpo. Foi o fim de uma dor de cabeça. A semana de conciliação é de grande valia para nós, pois abre a possibilidade do acordo”, ressaltou ela.

Em primeiro lugar no ranking de audiências agendadas para a Semana Nacional de Conciliação estão as comarcas do interior, com 9.322 audiências. Em segundo lugar aparecem os Juizados Especiais (capital e interior) com 4.785 audiências. Nas varas da capital o número é de 1.208 audiências. Promovida pelo Conselho Nacional de Justiça, a Semana Nacional da Conciliação, que está em sua 8ª edição, tem por objetivo reduzir o volume de processos nos tribunais brasileiros.